

STJ00115461 - V. 1

ORGANIZADORES
ANTÔNIO PEREIRA GAIO JÚNIOR
MARCO FÉLIX JOBIM

TEORIAS DO PROCESSO
DOS CLÁSSICOS AOS
CONTEMPORÂNEOS

VOL. I

Londrina/PR
2019


THOTH
EDITORA

© Direitos de Publicação Editora Thoth, Londrina/PR.
www.editorathoth.com.br
contato@editorathoth.com.br
Diagramação e Capa: Editora Thoth e Nabil Slaibi
Revisão: os autores. Editor chefe: Bruno Fuga
Coordenador de Produção Editorial: Thiago Caversan Antunes

Conselho Editorial

Prof. Me. Anderson de Azevedo • Me. Aniele Pissinati • Prof. Me. Arthur Bezerra de Souza Junior • Prof. Dr. Bianco Zalmora Garcia • Prof. Me. Bruno Augusto Sampaio Fuga • Prof. Dr. Carlos Alexandre Moraes • Prof. Dr. Celso Leopoldo Pagnan • Prof. Dr. Clodomiro José Bannwart Junior • Prof. Me. Daniel Colnago Rodrigues • Prof. Dr. Deise Marcelino da Silva • Prof. Dr. Elve Miguel Cenci • Prof. Me. Eri Henrique Garcia • Prof. Dr. Fábio Fernandes Neves Benfatti • Prof. Dr. Fábio Ricardo R. Brasilino • Prof. Dr. Flávio Tartuce • Prof. Dr. Gonçalo De Mello Bandeira (Port.) • Prof. Me. Henrico Cesar Tamiozzo • Prof. Me. Ivan Martins Tristão • Prof. Dra. Marcia Cristina Xavier de Souza • Prof. Dr. Osmar Vieira da Silva • Esp. Rafaela Ghacham Desiderato • Prof. Dr. Rita de Cássia R. Tarifa Espolador • Prof. Me. Smith Robert Barreni • Prof. Me. Thiago Caversan Antunes • Prof. Me. Thiago Moreira de Souza Sabião • Prof. Dr. Thiago Ribeiro de Carvalho • Prof. Me. Tiago Brene Oliveira • Prof. Dr. Zulmar Fachin

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

T314 Teorias do processo: dos clássicos aos contemporâneos: vol. 1/ organizadores: Antônio Pereira Gaio Júnior, Marco Félix Jobim – Londrina, PR: Thoth, 2019. 274 p.

Inclui bibliografias.
ISBN 978-85-94116-60-4.

1. Direito processual. 2. Processo civil. I. Gaio Júnior, Antônio Pereira. II. Jobim, Marco Félix.

CDD 347.05

**Ficha Catalográfica elaborada pela bibliotecária Rafaela Ghacham Desiderato
CRB 14/1437**

Índices para catálogo sistemático
1. Direito : Processo civil : 347.05

1219777

Proibida a reprodução parcial ou total desta obra sem autorização.
Todos os direitos desta edição reservados pela Editora Thoth. A Editora Thoth não se responsabiliza pelas opiniões emitidas nesta obra por seu autor.

SUMÁRIO

SOBRE OS ORGANIZADORES.....	5
SOBRE OS AUTORES	7
APRESENTAÇÃO.....	13

CAPÍTULO 1**Ana Beatriz Ferreira Rebello Presgrave**

SENTENÇAS ESTRANGEIRAS EM SANTIAGO SANTÍZ MELENDO	23
Introdução.....	23
1 As sentenças estrangeiras na obra “la sentencia extranjera: exequatur”	24
2 As sentenças na ordem internacional	31
3 Sentenças estrangeiras e o direito brasileiro	35
4 A obra de Melendo e as disposições atuais sobre a sentença estrangeira	40
Referências.....	42

CAPÍTULO 2**Antônio Pereira Gaio Júnior**

A RELAÇÃO JURÍDICA PROCESSUAL EM OSKAR VON BÜLOW.....	45
Breves considerações iniciais.....	45
1 O Processo como uma relação jurídica entre o Tribunal e as Partes. Unilateralidade do critério tradicional sobre o conceito de Processo. A expressão “Processo”	47
2 As condições para a constituição da Relação Jurídica Processual, Os Pressupostos Processuais. Importância deste conceito. O suposto fato da relação material em litígio e a quele da relação processual.....	50
Considerações finais	53

CAPÍTULO 3**Araken de Assis**

INFLUÊNCIA DE LIEMAN EM MATÉRIA DE EXECUÇÃO NO	
--	--

PROCESSO CIVIL BRASILEIRO.....	55
Introdução.....	55
1 Classificação das ações e execução para entrega de coisa.....	59
2 Depósito da coisa penhorada e posse do depositário.....	63
3 Natureza negocial da alienação forçada.....	66
Conclusão.....	69
Bibliografia.....	69

CAPÍTULO 4

Beclaute Oliveira Silva

MOTIVAÇÃO DE SENTENÇA NO PENSAMENTO DE MICHELE TARUFFO.....	73
Introdução.....	73
1 Análise descritiva da obra a motivação da decisão civil.....	74
1.1 Palavras iniciais.....	74
1.2 Notas sobre o capítulo I: “O problema da motivação da sentença civil”.....	75
1.3 Notas sobre o capítulo II: “A motivação como fonte de indí- cios”.....	77
1.4 Notas sobre o capítulo III: “A motivação como discurso justificati- vo”.....	79
1.5 Notas sobre o capítulo IV: “Sobre algumas teorias do juízo da motivação”.....	80
1.6 Notas sobre o capítulo V: “A estrutura racional do juízo e da motivação”.....	81
1.7 Notas sobre o capítulo VI: “O dever de motivação da sentença cível”.....	82
2 Aspecto extraprocessual da motivação da decisão civil.....	83
3 Motivação, verdade e negócios processuais sobre prova no pensamento de Michele Taruffo.....	86
Notas conclusivas.....	90
Referências.....	91

CAPÍTULO 5

Edilson Vitorelli

NOTAS SOBRE O PROCESSO DECLARATIVO DE FRANCESCO CARNELUTTI.....	93
Introdução.....	93
1 Direito e processo em Carnelutti.....	94
2 Processo contencioso e processo voluntário.....	95
3 Processo declarativo.....	97
3.1 Processo de mera declaração de certeza.....	98

3.2 Processo de declaração de certeza constitutiva	100
3.3 Processo de condenação	101
4 Processo de Execução	101
Conclusão: o que podemos aprender com Canelutti?	103

CAPÍTULO 6

Heitor Vitor Mendonça Sica

ENRICO REDENTI E O CONCEITO DE “PRECLUSÃO PRO JUDICATO”: PROJEÇÕES NO ORDENAMENTO PROCESSUAL CIVIL BRASILEIRO ATUAL.....105

Introdução.....	105
1 Conceito chiovendiano de preclusão.....	106
2 Desenvolvimento do conceito de preclusão na doutrina italiana	109
3 Conceito redentiano de “preclusão pro judicato”	114
4 Desenvolvimento do conceito de preclusão pro judicato na doutrina italiana.....	115
5 Panorama da doutrina brasileira sobre preclusão em geral e sobre a preclusão pro judicato em particular	117
6 Uso indevido da expressão “preclusão pro judicato” pela doutrina brasileira sem fidelidade com a doutrina de Redenti.....	123
7 Preclusão pro judicato, segundo conceito redentiano, no sistema brasileiro (I): processo monitório	125
8 Preclusão pro judicato, segundo conceito redentiano, no sistema brasileiro (II): execução.....	128
Referência bibliográfica	131

CAPÍTULO 7

Humberto Dalla Bernardina de Pinho

Marcelo Mazzola

A CONVENÇÃO DE ARBITRAGEM NO SISTEMA BRASILEIRO - UMA RELEITURA A PARTIR DA OBRA DE SERGIO LA CHI-NA.....139

Introdução.....	139
1 Convenção de arbitragem.....	141
1.1 Considerações introdutórias	141
2 Cláusula compromissória	143
2.1 Espécies de cláusula compromissória	145
2.2 Cláusula compromissória em contrato de adesão.....	145
2.3 O convite para iniciar o procedimento arbitral	147
2.4 Acionamento forçado da cláusula compromissória.....	148
2.5 A autonomia da cláusula compromissória.....	150
3 O compromisso arbitral	150

3.1 Modalidades de compromisso arbitral.....	151
3.2 Requisitos formais do compromisso arbitral.....	151
3.3 Extinção do compromisso arbitral.....	152
4 O princípio da competência-competência.....	153
Considerações Finais.....	157
Referências bibliográficas	159

CAPÍTULO 8

Luis Alberto Reichelt

O DIREITO DE AÇÃO COMO ESPÉCIE DO GÊNERO DIREITO CONSTITUCIONAL DE PETIÇÃO NO PENSAMENTO DE EDUARDO JUAN COUTURE.....161

Introdução.....161

1 O direito de ação em Eduardo Juan Couture como direito de petição. Sua relação com a estrutura de separação de poderes e de funções...162

2 Dos qualificativos associados ao direito de ação em Eduardo Juan Couture.....164

3 A compreensão do direito de ação em Eduardo Juan Couture como tradução do encontro entre humanismo e razão. O direito de ação como direito humano
 166 |

4 Reflexões em sede de conclusão
 169 |

Referências bibliográficas
 170 |

CAPÍTULO 9

Marco Antonio Rodrigues

Rodrigo Farias

A FUNÇÃO DA CORTE DE CASSAÇÃO, NA VISÃO DE CALAMANDREI
 171 |

Referências bibliográficas
 181 |

CAPÍTULO 10

Marco Félix Jobim

Christian Ponzoni

A ATIVIDADE EXECUTIVA EM CRISANTO MANDRIOLI.....183

Introdução.....183

1 A atividade executiva no espectro da tutela jurisdicional.184

2 As características e princípios do processo executivo.....185

2 A ação executiva e o título executivo.....187

3 Os diversos tipos de execução forçada e a tutela específica dos direitos.....189

Considerações finais
 193 |

Referências bibliográficas
 194 |

CAPÍTULO 11**Marco Félix Jobim****Rafael Caselli Pereira**

O PROCESSO COMO PROCEDIMENTO REALIZADO EM CONTRADITÓRIO – A TEORIA ESTRUTURALISTA DE ELIO FAZZALARI.....	197
Introdução.....	197
1 Elio Fazzalari.....	199
2 Contraditório em Elio Fazzalari.....	201
Considerações finais.....	205
Referências bibliográficas.....	206

CAPÍTULO 12**Rodrigo Mazzei****Tiago Figueiredo Gonçalves**

A QUESTÃO PREJUDICIAL EM CHIOVENDA.....	209
Introdução.....	209
1 Coisa julgada.....	210
2 Declaração incidente.....	213
Referências.....	214

CAPÍTULO 13**Tháís Amoroso Paschoal**

NATUREZA JURÍDICA, OBJETO E FIM DO PROCESSO CIVIL: A TEORIA INSTITUCIONALISTA DE JAIME GUASP.....	215
Introdução.....	215
1 O conceito e a natureza jurídica de processo em Jaime Guasp: dialogando com a teoria institucionalista.....	217
2 ● objeto e o fim do processo civil: a pretensão como aspecto nuclear na teoria de Jaime Guasp.....	224
3 Processo e satisfação de pretensões: pensar o processo a partir da tutela dos direitos.....	232
Conclusão.....	234
Referências bibliográficas.....	235

CAPÍTULO 14**Trícia Navarro Xavier Cabral**

JURISDIÇÃO E A NATUREZA PÚBLICA DO PROCESSO: LODOVICO MORTARA.....	239
Introdução.....	239
1 O profissional.....	240
2 A contribuição acadêmica.....	242

3 Os impactos na jurisdição	248
4 Os efeitos no processo	251
Conclusão.....	254
Referências bibliográficas	255

CAPÍTULO 15

Zulmar Duarte

ÔNUS DA PROVA: LEO ROSENBERG	259
I — Passado, presente e futuro.....	259
II — Da prova e dos seus ônus	261
III — O ônus da prova e a persuasão racional	267
IV — Distribuição do ônus da prova	268
V — Considerações amplas	272
VI — Do autor	274

ORGANIZADORES
ANTÔNIO PEREIRA GAIO JÚNIOR
MARCO FÉLIX JOBIM

TEORIAS DO PROCESSO DOS CLÁSSICOS AOS CONTEMPORÂNEOS

VOL. II

BOOK AND
WRITERS 

Livro também disponível na plataforma
www.bookandwriters.com

Londrina/PR
2020


THOTH
EDITORA

© Direitos de Publicação Editora Thoth, Londrina/PR.
www.editorathoth.com.br
contato@editorathoth.com.br
Diagramação e Capa: Editora Thoth
Revisão: os autores. Editor chefe: Bruno Fuga
Coordenador de Produção Editorial: Thiago Caversan Anrunes
Diretor de Operações de Conteúdo: Arthur Bezerra de Souza Junior

Conselho Editorial

Prof. Me. Anderson de Azevedo • Me. Aniele Pissinati • Dr. Antônio Pereira Gaio Júnior • Me. Alberto Shinji Higa • Prof. Dr. Arthur Bezerra de Souza Junior • Prof. Dr. Bianco Zalmora Garcia • Prof. Me. Bruno Augusto Sampaio Fuga • Prof. Dr. Clodomiro José Bannwart Junior • Prof. Me. Daniel Colnago Rodrigues • Prof. Dr. Elve Miguel Cenci • Prof. Dr. Fábio Fernandes Neves Benfati • Prof. Dr. Fábio Ricardo R. Brasilino • Prof. Dr. Flávio Tartuce • Prof. Me. Ivan Martins Tristão • Prof.ª. Dra. Marcia Cristina Xavier de Souza • Prof. Dr. Osmar Vieira da Silva • Esp. Rafaela Ghacham Desiderato • Prof.ª. Dr. Rita de Cássia R. Tarifa Espolador • Prof. Me. Smith Robert Barreni • Prof. Me. Thiago Caversan Antunes • Prof. Me. Thiago Moreira de Souza Sabião • Prof. Dr. Thiago Ribeiro de Carvalho • Prof. Me. Tiago Brene Oliveira • Prof. Dr. Zulmar Fachin

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

T314 Teorias do processo: dos clássicos aos contemporâneos vol. II/organizadores: Antônio Pereira Gaio Junior, Marco Félix Jobim. Londrina, PR: Thoth, 2020. 368 p.

Inclui bibliografias.
ISBN 978-65-86300-28-4

1. Direito processual. 2. Processo Civil. I. Gaio Junior, Antônio Pereira. II. Jobim, Marco Félix.

CDD 347.05

Índices para catálogo sistemático
1. Direito: Processo Civil : 347.05

Proibida a reprodução parcial ou total desta obra sem autorização.
Todos os direitos desta edição reservados pela Editora Thoth. A Editora Thoth não se responsabiliza pelas opiniões emitidas nesta obra por seu autor.

SUMÁRIO

SOBRE OS ORGANIZADORES.....	5
SOBRE OS AUTORES.....	7
APRESENTAÇÃO.....	15

CAPÍTULO 1

Ana Beatriz Ferreira Rebello Presgrave

ABUSO DO DIREITO NO PROCESSO CIVIL – JOSÉ OLÍMPIO DE CASTRO FILHO	27
Introdução.....	27
1 Sobre José Olímpio de Castro Filho.....	28
2 Do abuso de direito na obra José Olímpio de Castro Filho.....	29
2.1 Dos pressupostos.....	29
2.2 O problema no processo civil.....	30
2.3 Histórico	31
2.4 Legislação comparada.....	31
2.5 Formas do abuso do direito.....	33
2.6 Categorias do abuso do direito no processo civil.....	35
2.7 Sanções contra o abuso do direito.....	37
2.8 Objeção inevitável.....	38
2.9 Contra a má aplicação da teoria	39
3 O abuso do direito processual na atualidade.....	39
Considerações finais	43
Bibliografia.....	44

CAPÍTULO 2

Antônio Pereira Gaió Júnior

CELSE NEVES E A JURISDIÇÃO: JUSTIÇA DE MÃO PRÓPRIA, JUSTIÇA PRIVADA E JUSTIÇA ESTATAL.....	47
Introdução.....	47

1 A Justiça de mão própria.....	48
2 A justiça privada.....	51
3 Justiça Estatal	53
Considerações finais	56
Referências bibliográficas	57

CAPÍTULO 3

Beclaute Oliveira Silva

EFICÁCIA EXECUTIVA DAS SENTENÇAS DE CONDENAÇÃO, DE ACORDO COM A OBRA DE PONTES DE MIRANDA.....

Introdução.....	59
1 Ação de direito material como eficácia da relação jurídica	60
1.1 Fato jurídico e seus efeitos.....	60
2 Ação de direito material (ação material) e ação de direito processual.....	63
3 Cargas de eficácia da ação material.....	65
3.1. Notas iniciais.....	65
3.2. Efeitos da ação material e da correspondente sentença.....	65
3.3. Escalonamento eficaz.....	66
3.4 Tabela de escalonamento de eficácias de uma ação condenatória de cobrança de dívida	67
4 Executividade nas sentenças condenatórias	68
4.1 Palavras iniciais	68
4.2 Eficácia executiva mínima da ação material condenatória e a respectiva sentença	68
4.3 Eficácia executiva mediata da ação material condenatória e respectiva sentença	70
4.4 Eficácia executiva imediata da ação material condenatória e respectiva sentença.	71
Notas conclusivas	71
Referências.....	72

CAPÍTULO 4

Claudio Madureira

FORMALISMO-VALORATIVO E JUSTIÇA: A CONTRIBUIÇÃO DE CARLOS ALBERTO ALVARO DE OLIVEIRA PARA REALIZAÇÃO DA JUSTIÇA NO PROCESSO

75

Introdução.....	75
1 Relacionamento entre Processualismo e Formalismo-Valorativo.....	80
2 Relacionamento entre Instrumentalismo e Formalismo-Valorativo..	81
3 Relacionamento entre o Formalismo-Valorativo e a realização da justiça no processo.....	83
3.1 Síntese da distinção teórica entre o Instrumentalismo e o Formalismo-Valorativo	83
3.1.1 A qualificação do processo como direito fundamental do cidadão.....	84
3.1.2 A qualificação do processo como ambiente de “criação” do direito.....	85
3.1.3 A atribuição ao processo de uma posição central na Teoria....	87
3.2 A contribuição de Carlos Alberto Alvaro de Oliveira para realização da justiça no processo	89
Conclusões	92
Referências bibliográficas	93

CAPÍTULO 5

Darci Guimarães Ribeiro
Guilherme Christen Möller

PROCESSO E DEMOCRACIA NA OBRA DE OVÍDIO ARAÚJO BAPTISTA DA SILVA E SUA INFLUÊNCIA NO PROCESSO CIVIL MODERNO.....	97
Introdução.....	98
1 O processo na perspectiva ovidiana: um esboço de democracia	99
2 Democracia (participativa), processo e a sistematização democrática da jurisdição na perspectiva do Código de Processo Civil de 2015	105
Referências.....	109

CAPÍTULO 6

Edilson Vitorelli
Matheus Rodrigues Oliveira

A FASE DE SANEAMENTO, DE GALENO LACERDA AO CPC/2015.....	113
Introdução.....	114
1 Despacho saneador: nulidades, instrumentalidade e evolução histórica no processo civil brasileiro	115

2 O lugar do saneamento no CPC/2015: providências judiciais possíveis e alternativas processuais	121
3 O saneamento como construção dos atores processuais, e não como ato unilateral do magistrado: soluções do processo cooperativo	127
4 O efeito preclusivo da decisão de saneamento	129
Conclusão.....	131
Bibliografia e referências.....	132

CAPÍTULO 7

Fabio Caldas de Araújo

JULGAMENTO ALÉM DO PEDIDO – HAROLDO VALLADÃO E SUA PROJEÇÃO NO SISTEMA PROCESSUAL E MATERIAL

1 A importância do debate sobre os limites do julgamento do pedido.....	135
2 A decisão judicial e a proibição do “ <i>non liquet</i> ”	137
3 O princípio da congruência e o respeito aos limites do pedido.....	138
4 Princípio dispositivo e pedido implícito.....	139
5 Os elementos fundamentais do libelo	142
5.1 A substanciação como condição de defesa do réu.....	143
5.2 A substanciação como condição de prolação da decisão judicial.....	144
5.3 A aplicação do princípio <i>iura novit curia</i> e a surpresa processual (Verbot der Überraschungsentscheidung)	144
5.4 A causa superveniens e o julgamento além do pedido.....	145
5.5 O princípio da cooperação na emenda da petição inicial.....	147
5.6 Alteração do pedido mediato e imediato.....	149
6 O Recurso Extraordinário 3810: da transcrição (Dec. 169-A de 1890) para a concentração (art. 54 da lei 13097/2015).....	150
Conclusão.....	152
Referências.....	153

CAPÍTULO 8

Fernando da Fonseca Gajardoni

Rosana Medeiros Veluci Gajardoni

A EXTENSÃO DOS PODERES DO JUIZ - BREVES REFLEXÕES À LUZ DA OBRA DO PROFESSOR FRANCISCO DE PAULA BAPTISTA.....

155

1 Breve notícia sobre o professor Paula Baptista.....	155
2 O pensamento processual ao tempo de Paula Baptista.....	157
3 O papel do juiz e do processo na obra de Paula Baptista	158
4 Aspectos atuais sobre a extensão dos poderes do juiz no processo civil brasileiro à luz da obra de Paula Baptista	162
4.1 Mecanismos consensuais de solução dos conflitos.....	162
4.2 Impossibilidade de arbitragem compulsória	164
4.3 Processo civil como forma de controle do arbítrio do juiz.....	164
4.4 Efetividade da execução	166
4.5. O valor da boa-fé no processo civil	168
4.6 Poderes instrutórios oficiais e sistema de valoração da prova.....	169
Conclusão.....	171
Referências bibliográficas	171

CAPÍTULO 9

Guilherme Botelho

Ingrid Pereira Botelho

TEORI ZAVASCKI E A TUTELA DOS DIREITOS COLETIVOS 175

1 Teori Zavascki: um jurista completo de contribuição única ao direito	175
2 Premissas históricas do processo coletivo	177
3 O modelo processual coletivo brasileiro	179
4 A dicotomia tutela de direitos coletivos e tutela coletiva de direitos, mas antes de tudo processo coletivo.....	186
Considerações finais	190
Referência bibliografia	190

CAPÍTULO 10

Gustavo Osna

Sérgio Cruz Arenhart

“EVOLUÇÃO DAS AÇÕES COLETIVAS NO BRASIL” NO PENSAMENTO DE ALCIDES MUNHOZ DA CUNHA..... 195

Introdução.....	195
1 Evolução das Ações Coletivas no Brasil – o Pensamento de Alcides Munhoz da Cunha	197
1.1 O contexto do pensamento e a natureza cultural do processo ..	197
1.2 A “evolução das ações coletivas” e a ação civil pública	200

1.3 As categorias de direito e o processo coletivo.....	203
1.4 O pensamento de Alcides Munhoz da Cunha em perspectiva ..	206
Considerações finais	209

CAPÍTULO 11

Humberto Dalla Bernardina de Pinho

José Roberto Mello Porto

O LITISCONSÓRCIO UNITÁRIO E A FUNDAMENTAL IMPORTÂNCIA DO ESTUDO DE JOSÉ CARLOS BARBOSA MOREIRA PARA A ADEQUADA COMPREENSÃO DO TEMA NO PROCESSO CIVIL BRASILEIRO.....	211
Bibliografia.....	224

CAPÍTULO 12

Luis Alberto Reichelt

Felipe Camilo Dall'Alba

O JULGAMENTO CONFORME O ESTADO DO PROCESSO ...	227
NO PENSAMENTO DE ALFREDO BUZOID:.....	227
SIMPLIFICAÇÃO DAS FORMAS E RACIONALIDADE	227
Introdução.....	227
1 Premissas para a compreensão do julgamento conforme o estado do processo em Alfredo Buzaid. Em especial: as ideias de racionalização do processo e de simplificação do processo.....	228
2 Da doutrina à lei: o julgamento conforme o estado do processo no Código de Processo Civil à luz da visão de Alfredo Buzaid	231
2.1 Os casos de julgamento conforme o estado do processo que importam na extinção do processo sem julgamento do mérito previstos no Código de Processo Civil de 1973.....	232
2.2 Os casos de julgamento conforme o estado do processo que importam na extinção do processo com julgamento do mérito previstos no art. 269, II a V do Código de Processo Civil de 1973.....	236
2.3 Ainda sobre os casos de julgamento conforme o estado do processo que importam na extinção do processo com julgamento do mérito: os casos de julgamento antecipado da lide	237
2.4 O julgamento conforme o estado do processo e o despacho saneador	240
3 Em sede de conclusão	242

Referências bibliográficas	243
----------------------------------	-----

CAPÍTULO 13

Marco Antonio Rodrigues

Rodrigo Farias

MEDIDAS PREVENTIVAS, MEDIDAS PREPARATÓRIAS E MEDIDAS DE CONSERVAÇÃO NA VISÃO DE LOPES DA COSTA.....	245
Introdução.....	245
1 Medidas preventivas	246
2 Medidas preparatórias e medidas conservativas	250
Referências bibliográficas	260

CAPÍTULO 14

Marco Félix Jobim

SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA E A CRIAÇÃO E REALIZAÇÃO DO DIREITO PELA DECISÃO JUDICIAL.....	263
Introdução.....	263
1 Sálvio De Figueiredo Teixeira.....	264
2 A estrutura da obra “a criação e realização do direito na decisão judicial”.....	267
3 Considerações sobre a obra	268
4 O homenageado.....	272
Consideração finais.....	275
Referências teóricas	276

CAPÍTULO 15

Rafael Caselli Pereira

AS AÇÕES COMINATÓRIAS NO DIREITO BRASILEIRO - A CONTRIBUIÇÃO DE MOACYR AMARAL SANTOS	277
1 A obra de Moacyr Amaral Santos sobre as ações cominatórias.....	277
2 Regulamento 737, de 1850	280
3 Consolidação Ribas	281
4 Os Códigos estaduais.....	281
5 O Código de Processo Civil de 1939.....	284
6 O Código de Processo Civil de 1973 e a absorção das ações cominatórias pelo procedimento ordinário	288

Referências	289
-------------------	-----

CAPÍTULO 16

Rodrigo Mazzei

Tiago Figueiredo Gonçalves

OS COMENTÁRIOS DE CLÓVIS DO COUTO E SILVA AOS PROCEDIMENTOS ESPECIAIS DE JURISDIÇÃO CONTENCIOSA DISCIPLINADOS NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 1973.....	291
Introdução.....	291
1 Teoria geral dos procedimentos especiais.....	292
2 Da ação de consignação em pagamento.....	294
3 Da ação de depósito.....	295
4 Da ação de anulação e substituição de títulos ao portador.....	296
5 Da ação de prestação de contas	296
6 Das ações possessórias	297
7 Da ação de nunciação de obra nova.....	298
8 Da ação de usucapião de terras particulares.....	298
9 Da ação de divisão e da demarcação de terras particulares	299
10 Do inventário e da partilha	299
11 Dos embargos de terceiro	302
12 Da habilitação	302
13 Da restauração dos autos	303
14 Vendas a crédito com reserva de domínio.....	303
15 Juízo arbitral	303
Conclusão.....	304

CAPÍTULO 17

Thiago Rodovalho

Zulmar Duarte

CONFISSÃO E RECONHECIMENTO JURÍDICO DO PEDIDO E A DISCIPLINA NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015: UM DIÁLOGO A PARTIR DA OBRA DO PROFESSOR MOACYR LOBO DA COSTA.....	305
Introdução.....	306

CAPÍTULO 18**Trícia Navarro Xavier Cabral**

JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA EM JOSÉ FREDERICO MARQUES.....	329
Introdução.....	329
1 O profissional	330
2 A obra: Ensaio sobre a Jurisdição Voluntária	331
3 Jurisdição voluntária: principais características e abrangência.....	336
4 A evolução legislativa da jurisdição voluntária nos Códigos de Processo Civil	338
5 Jurisdição voluntária e desjudicialização	341
Notas conclusivas	345
Referências bibliográficas	346

CAPÍTULO 19**William Santos Ferreira****Bruno Augusto Sampaio Fuga**

EXECUÇÃO DIRETA DAS OBRIGAÇÕES DE PRESTAR DECLARAÇÃO DE VONTADE, DE ACORDO COM LUÍS EULÁLIO DE BUENO VIDIGAL.....	349
Introdução.....	350
I Código de Processo Civil de 1939.....	351
II Código Civil de 1916.....	353
III A sua teoria de execução direta das obrigações de prestar declaração de vontade.....	354
IV Código de processo civil de 2015 e Código civil de 2002.....	359
Considerações finais	363
Referências	365

ORGANIZADORES

ANTÔNIO PEREIRA GAIO JÚNIOR
MARCO FÉLIX JOBIM

**TEORIAS DO
PROCESSO**

DOS CLÁSSICOS AOS CONTEMPORÂNEOS

VOL. III

Londrina/PR
2021


THOTH
EDITORA

**Dados Internacionais de Catalogação na
Publicação (CIP)**



© Direitos de Publicação Editora Thoth.
Londrina/PR.

www.editorathoth.com.br

contato@editorathoth.com.br

**Teorias do processo: dos clássicos
aos contemporâneos - Vol. III.**
Organizadores: Antônio Pereira Gaio
Júnior, Marco Félix Jobim. – Londrina,
PR: Thoth, 2021.

301 p.

Inclui bibliografias.

ISBN 978-65-5959-162-6

1. Teorias do processo. 2. Clássicos do
processo. 3. Teoria geral do processo. 4.
Processo Civil.

CDD 341.46

Diagramação e Capa: Editora Thoth

Revisão: Os organizadores.

Editor chefe: Bruno Fuga

Coordenador de Produção Editorial: Thiago
Caversan Antunes

Diretor de Operações de Conteúdo: Arthur
Bezerra de Souza Junior

Conselho Editorial (Gestão 2021)

Prof. Me. Anderson de Azevedo • Me. Aniele
Pissinati • Prof. Dr. Antônio Pereira Gaio Júnior
• Prof. Me. Alberto Shinji Higa • Prof. Dr. Arthur
Bezerra de Souza Junior • Prof. Dr. Bruno Augusto
Sampaio Fuga • Prof. Dr. Clodomiro José Bannwart
Junior • Prof. Me. Daniel Colnago Rodrigues • Prof.
Dr. Fábio Ricardo R. Brasilino • Prof. Dr. Flávio
Tartuce • Me. Gabriela Amorim Paviani • Prof. Dr.
Guilherme Wünsch • Prof. Me. Ivan Martins Tristão
• Prof. Esp. Marcelo Pichioli da Silveira • Prof.
Dra. Marcia Cristina Xavier de Souza • Esp. Rafaela
Ghacham Desiderato • Prof. Dr. Rita de Cássia
R. Tarifa Espolador • Prof. Dr. Thiago Caversan
Antunes • Prof. Dr. Zulmar Fachin

Índices para catálogo sistemático

1. Direito Processual Civil : 341.46

1219777

Proibida a reprodução parcial ou total desta obra
sem autorização. A violação dos Direitos Autorais é
crime estabelecido na Lei n. 9.610/98.

Todos os direitos desta edição são reservados
pela Editora Thoth. A Editora Thoth não se
responsabiliza pelas opiniões emitidas nesta obra por
seus autores.

SUMÁRIO

ORGANIZADORES	7
AUTORES.....	9
APRESENTAÇÃO.....	15

CAPÍTULO I

Ana Beatriz Ferreira Rebello Presgrave

ERNANI FIDELIS: AÇÃO MONITÓRIA	27
Introdução - Sobre o autor.....	27
1 Da ação monitória.....	29
2 Da contribuição de Ernani Fidelis para a ação monitória	31
3 Do livro: ação monitória	33
3.1 Aspectos gerais	34
3.2 A monitória brasileira	35
3.3 Procedimento monitório.....	37
3.4 Embargos à monitória.....	38
3.5 Formação do título executivo.....	39
3.6 Monitória e ações paralelas	40
3.7 Execução, ação de cobrança ou monitória?	41
Considerações finais.....	41
Referências bibliográficas	42

CAPÍTULO II

Antônio Pereira Gaio Júnior

TEIXEIRA DE FREITAS, PROCESSO SUMMÁRIO E ACÇÕES SUMMARÍSSIMAS. NOÇÕES HISTÓRICAS PARA A COMPREENSÃO DOS MODELOS HODIERNOS.....	45
1 Breve esborço de um admirável jurista.....	45
2 Processo summário	48
3 Acções summaríssimas	52
Referências bibliográficas	55

CAPÍTULO III

Darci Guimarães Ribeiro

Guilherme Christen Möller

JOÃO BONUMÁ E SEU PENSAMENTO SOBRE O RECURSO DE REVISTA E SEU SUCEDÂNEO, O RECURSO EXTRAORDINÁRIO	57
Introdução.....	58
1 João Geiger Bonumá, sua produção bibliográfica e a sua concepção de processo.....	58
1.1 João Bonumá (1890-1953): vida e obra.....	58
1.2 O processo aos olhos de João Bonumá.....	63
2 João Bonumá, o recurso de revista e o recurso extraordinário	68
2.1 Panorama sobre o recurso de revista a partir da doutrina de Bonumá.....	68
2.2 Do recurso de revista ao recurso extraordinário.....	75
Considerações finais: o legado do recurso de revista no processo civil brasileiro e <i>post scriptum</i> à memória de Bonumá.....	79
Referências bibliográficas	80

CAPÍTULO IV**Edilson Vitorelli**

AMÍLCAR DE CASTRO: AS DUAS VIDAS DE UM ÍCONE DO DIREITO EM MINAS GERAIS.....	83
Introdução.....	83
1 Percurso acadêmico-profissional.....	85
2 Amílcar: processualista e professor	86
3 Amílcar processualista: da prática para a teoria nas execuções de sentença	87
4 Os comentários ao CPC de 1939, da editora forense.....	89
5 Amílcar de castro no direito internacional privado.....	92
Conclusão: a fusão de dois universos	93
Referências bibliográficas	94

CAPÍTULO V**Fabio Caldas de Araújo**

REFLEXÕES SOBRE A JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA E A CONTRIBUIÇÃO DE EDSON PRATA.....	97
1 A jurisdição voluntária: ontem e hoje.....	97
2 Características da jurisdição voluntária.....	99
2.1 Flexibilização da forma	99
2.2 Possibilidade do modelo inquisitório	99
2.3 Mitigação do princípio da demanda e das regras de competência	100
2.4 Estabilidade “útil” da decisão judicial.....	101
2.5 Tipicidade e atipicidade procedimental na jurisdição voluntária	102
3 A integração da jurisdição voluntária com a atividade notarial	103
4 O negócio processual na jurisdição voluntária.....	105
5 Evolução da jurisprudência quanto a regularização da sucessão	106
Conclusão.....	107

Referências bibliográficas	107
----------------------------------	-----

CAPÍTULO VI

Flávia Pereira Hill

A REBELIÃO DA REVELIA: OS NOVOS CONTORNOS DO INSTITUTO A PARTIR DAS PRECURSORAS LIÇÕES DE GABRIEL REZENDE FILHO E DAS NORMAS FUNDAMENTAIS DO CPC/2015.....	109
--	-----

Introdução: conhecendo as molas mestras do direito processual civil sob as lentes da revelia.....	110
---	-----

1 Breve esboço histórico da revelia.....	110
--	-----

2 O direito de defesa enquanto projeção do direito de ação segundo Gabriel Rezende Filho e o seu impacto no estudo da revelia.....	114
--	-----

3 O direito probatório e à revelia	118
--	-----

3.1 A relação entre verdade e justiça e o seu reflexo na revelia: a exigência de verossimilhança das alegações de fato tecidas pelo autor	118
---	-----

3.2 Comunhão, aquisição processual e incidibilidade da prova e poder instrutório geral do juiz	124
--	-----

4 Flexibilização e adaptabilidade procedimental.....	128
--	-----

Conclusão.....	131
----------------	-----

Referências bibliográficas	132
----------------------------------	-----

CAPÍTULO VII

Guilherme Botelho

Ingrid Pereira Botelho

GUILHERME ESTELLITA E O DIREITO DE AÇÃO: DO DIREITO DE DEMANDAR À AÇÃO SOB A PERSPECTIVA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS.....	137
---	-----

Introdução.....	137
-----------------	-----

1 O direito de ação e os métodos de pensamento do direito processual civil	137
2 O direito de ação na visão de Guilherme Estellita	139
3 Um cientificista a frente de seu tempo.....	141
4 As teorias sobre o direito ao processo na processualística	143
5 A ação na perspectiva dos direitos fundamentais: o trato do direito ao processo no método de pensamento contemporâneo do direito processual civil.....	148
6 Pretensão processual e direito ao processo.....	149
7 Do direito de ação ao direito ao processo	150
8 Dimensão objetiva do direito ao processo	154
9 Dimensão subjetiva do direito ao processo.....	160
Conclusão.....	165
Referências bibliográficas	165

CAPÍTULO VIII

Lírio Hoffmann Júnior

A IMPORTÂNCIA DO PENSAMENTO DE JOÃO MENDES JÚNIOR PARA A CONSTRUÇÃO DO PROCESSO CIVIL BRASILEIRO... 171

Introdução.....	171
1 A vida e a obra de João Mendes Júnior.....	173
2 Por que “direito judiciário brasileiro” é um marco na história do direito processual civil brasileiro?	176
Considerações finais	182
Referências bibliográficas	183

CAPÍTULO IX**Luis Alberto Reichelt****Felipe Camilo Dall’alba**

A CONTRIBUIÇÃO DE RONALDO CUNHA CAMPOS PARA A
DEFINIÇÃO DO REGIME JURÍDICO APLICÁVEL EM SEDE
DE PRODUÇÃO DE COISA JULGADA SOBRE QUESTÃO
PREJUDICIAL DE MÉRITO185

Introdução.....185

1 Linhas gerais sobre a produção de coisa julgada sobre questão
prejudicial de mérito em Ronaldo Cunha Campos 186

2 A contribuição de Ronaldo Cunha Campos para uma leitura crítica
a respeito da produção de coisa julgada sobre questão prejudicial de
mérito no Código de Processo Civil de 2015.....189

2.1 O impacto da posição de Ronaldo Cunha Campos como contribuição
para a construção do atual regime de direito positivo190

2.2 O impacto da posição de Ronaldo Cunha Campos como fonte de
reflexão para a transcendência em relação ao direito positivo.....193

Conclusão.....194

Referências bibliográficas194

CAPÍTULO X**Marco Félix Jobim****Rafael Caselli Pereira**

JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA SOB A PERSPECTIVA DE ATHOS
GUSMÃO CARNEIRO.....195

1 A vida e obra de Athos Gusmão Carneiro sobre jurisdição e competên-
cia195

2 Jurisdição.....199

3 Competência.....200

Referências teóricas	202
----------------------------	-----

CAPÍTULO XI

Rodrigo Mazzei

Tiago Figueiredo Gonçalves

OS COMENTÁRIOS DE LUIZ MACHADO GUIMARÃES À AÇÃO COMINATÓRIA PARA PRESTAÇÃO DE FATO OU ABSTENÇÃO DE ATO DISCIPLINADA NO CPC/39	205
Referências bibliográficas	215

CAPÍTULO XII

Rogéria Dotti

ADA PELLEGRINI GRINOVER E A TEORIA UNITÁRIA: A RELEVÂNCIA HISTÓRICA E OS NOVOS CAMINHOS DA TEORIA GERAL DO PROCESSO	217
1 A justa homenagem a Ada Pellegrini Grinover	217
2 A teoria unitária e a teoria dualista do processo	219
3 A obra teoria geral do processo lançada em 1974.....	223
4 A teoria geral do processo e a evolução implementada no sistema processual.....	225
5 A teoria do processo a partir do direito constitucional	228
6 A crítica à teoria geral do processo.....	229
7 Ensaio sobre a processualidade e os fundamentos para uma nova teoria geral do processo	231
Conclusões	232
Referências bibliográficas	233

CAPÍTULO XIII**Sérgio Cruz Arenhart****Gustavo Osna**

“DEMASIADOS RECURSOS” NO PENSAMENTO DE EGAS....	237
MONIZ DE ARAGÃO	237
Introdução.....	237
1 Demasiados recursos no pensamento de Egas Moniz de Aragão ..	238
1.1 O “Duplo Grau” de Jurisdição e o Direito ao Recurso.....	238
1.2 O Pensamento de Egas Moniz de Aragão	243
Considerações finais	246
Referências bibliográficas	246

CAPÍTULO XIV**Thiago Rodovalho****Zulmar Duarte**

PROFESSOR DONALDO ARMELIN E OS EMBARGOS DE TERCEIRO:.....	249
VISTOS POR TERCEIROS	249
Introdução.....	249
1 O homem por trás da obra	250
3 A estrutura da obra “embargos de terceiro”	252
4 Considerações sobre a obra	255
Conclusão.....	260
Referências bibliográficas	261

CAPÍTULO XV**Trícia Navarro Xavier Cabral****Thiago Ferreira Siqueira**

THEORIA DA COMPETENCIA: AFFONSO FRAGA	263
---	-----

Introdução.....	263
1 O profissional.....	264
2 A “theoria da competencia” na obra de Affonso Fraga.....	266
3 Conceito de competência	267
4 Critérios de determinação de competência	270
5 A incompetência e suas consequências	273
6 A regra da Kompetenz-Kompetenz	275
Notas conclusivas	276
Referências bibliográfica	277

CAPÍTULO XVI

William Santos Ferreira

Bruno Augusto Sampaio Fuga

CELSO AGRÍCOLA BARBIE SEU PENSAMENTO SOBRE A AÇÃO DECLARATÓRIA PRINCIPAL E INCIDENTE.....	279
Introdução.....	280
1 breve resumo de vida e obras	280
2 Breve evolução histórica e o conceito sobre a ação declaratória principal e incidente no pensamento de Barbi.....	283
3 Ação declaratória principal e incidente no Código de Processo Civil de 2015	293
Considerações finais e “vendo o futuro repetir o passado”	297
Referências bibliográficas	300